



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletim Informativo

Fevereiro de 2015

Presenças:

Presidente

Procuradora-Geral da República, Dra. Maria Joana Raposo Marques Vidal

Vogais

- Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Euclides José Dâmaso Simões e Alcides Manuel Rodrigues;
- Procurador-Geral-Adjunto Dr. Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães;
- Procuradores da República Dr. João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma e Dr.ª Ana Cristina dos Santos Silva Ermida;
- Procuradores-Adjuntos, Drs. Sandra Elisabete Milheirão Alcaide, Jorge Manuel Alves de Oliveira (Membro permanente), Sofia Margarida Correia Gaspar e Ricardo Rodrigues da Costa Correia Lamas;
- Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. Alfredo José Leal Castanheira Neves, Nuno Miguel da Silva Soares de Oliveira e José Manuel Vieira Conde Rodrigues;
- Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça, Mestre Henrique Hilário Tavares Dias da Silva e Dr. António José Barradas Leitão (Membro permanente).

Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira .

Boletim Informativo
N.º 6/2015

REUNIÃO:

• **Plenário de
24/02/2015**

SUMÁRIO: (Pág)

Ponto antes ordem dia	2
Actas	2
Comissões de serviço	2
Concurso DCIAP	3
Magistrado Coordenador Comarca de Aveiro	3
Agend Audiências Discus- são e Julgamento	4
Outros	4

PONTO ANTES DA ORDEM DO DIA

Relatório de Inspeção ao DCIAP

1. O Conselho deliberou, por unanimidade, divulgar no respectivo site da internet o Relatório de Inspeção ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal, uma vez expurgada a informação relativa à matéria reservada.

ACTAS

2. O Conselho procedeu à aprovação da acta da reunião em Plenário de 10 de Fevereiro de 2015.

COMISSÕES DE SERVIÇO

3. Proposta de nomeação, em comissão de serviço, da Procuradora-Geral Adjunta, Lic. Leonor Maria da Conceição Cruz Rodrigues, para os Supremos Tribunais (STJ) – artigos 125.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, autorizar a referida nomeação.

4. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. Fernando Bento, vem exercendo como Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República – artigos 128.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a referida comissão de serviço.

5. Renovação da comissão de serviço que a Procuradora-Geral Adjunta, Lic. Maria de Fátima Graça Carvalho, vem exercendo como Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República – artigos 128.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a referida comissão de serviço.

6. Renovação da comissão de serviço que a Procuradora da República, Lic. Joana Antónia Ribeiro Gomes Ferreira, vem exercendo como Directora do Gabinete de Documentação e Direito Comparado – artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 388/80, de 22 de Setembro, e artigos 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a referida comissão de serviço.

7. Pedido de autorização para a Procuradora da República, Lic. Maria Margarida Cabral Bandeira de Lima, exercer funções de *Adviser (Anti-Corruption)*, no âmbito do *Programme Office in Mozambique*, das Nações Unidas.

Relator: Dr. Barradas Leitão, vencido e substituído pelo Dr. Jorge Oliveira.

O Conselho deliberou não autorizar a referida nomeação em comissão de serviço.

Votaram a favor da autorização a Senhora Procuradora-Geral da República e os Senhores Drs. Henrique Hilário Tavares Dias da Silva e António José Barradas Leitão.

Absteve-se a Senhora Dra. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem.

Votaram contra a autorização os demais.

COMISSÕES DE SERVIÇO

CONCURSO DCIAP

8. Proposta de reforço do quadro de Procuradores da República no Departamento Central de Investigação e Acção Penal em 2015.

Relator: Dr. Jorge Oliveira

Conselho deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de candidaturas para lugares de Procurador da República e de Procurador-adjunto para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal e aprovar o respectivo aviso.

CONCURSO DCIAP

MAGISTRADO COORDENADOR DA COMARCA DE AVEIRO

9. O Conselho nomeou, com os votos favoráveis de todos os presentes, o Senhor Procurador da República, Lic. João António Gonçalves Fernandes Rato, para, em comissão de serviço, exercer as funções de Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca de Aveiro.

MAGISTRADO COORDENADOR-
DA COMARCA DE AVEIRO

10. Mais deliberou o Conselho, por unanimidade, expressar o seu reconhecimento pela disponibilidade e pelo trabalho desenvolvido pela Senhora Dra. Maria José de Melo Bandeira, enquanto Magistrada Coordenadora da Comarca de Coimbra e, em acumulação, da Comarca de Aveiro.

AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIAS DE DISCUSSÃO E JULGAMENTO

11. Exposição subscrita pelas Senhoras Procuradoras-adjuntas colocadas no DIAP de Felgueiras e na Instância Local Criminal do mesmo Município, relativa ao agendamento de audiências de discussão e julgamento.

Relator: Dr. Jorge Oliveira

O Conselho deliberou, por unanimidade:

- a. Delegar na Senhora Procuradora-Geral da República a competência para representar novamente ao Conselho Superior da Magistratura a necessidade de deliberação urgente por parte deste, relativamente ao agendamento de audiências de discussão e julgamento, nos termos da deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 4 de Novembro de 2014, não só no que concerne à Comarca de Porto Este, mas também a nível nacional;
- b. Proceder ao levantamento dos critérios e procedimentos seguidos pelos Magistrados Judiciais, a nível nacional, no agendamento de audiências de discussão e julgamento em que intervenham Magistrados do Ministério Público, bem como das regras de substituição destes últimos, com vista a posterior definição dos procedimentos a adoptar em termos hierárquicos;
- c. Sem prejuízo, e no que concerne à Comarca de Porto Este, declarar desde já que o Conselho concorda com as sugestões apresentadas pela Senhora Procuradora-Geral Distrital do Porto à Senhora Magistrada Coordenadora da mencionada Comarca.

OUTROS

12. Processo Disciplinar em que é visada Senhora Procuradora-adjunta – execução da decisão condenatória de suspensão de exercício de funções.

Relator: Dr. Nuno Oliveira

O Conselho deliberou, por unanimidade, proceder ao desconto do período de suspensão já decorrido e considerar a pena cumprida.

13. Pedido de declaração de nulidade do despacho n.º 1/2015 do Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca dos Açores apresentado por Senhor Procurador-adjunto colocado em tal Comarca.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou, por unanimidade, não declarar a invalidade do despacho n.º1/2015, do Senhor Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca dos Açores e indeferir o pedido do Senhor Magistrado exponente de reconhecimento do direito a remuneração acrescida pelo serviço prestado na Secção onde se encontra colocado.

14. Exposição apresentada por cidadão relacionada com o desempenho funcional de magistrado do Ministério Público na extinta comarca de Vila do Conde.

Relator: Dr. Ricardo Lamas

O Conselho deliberou, por unanimidade, determinar o arquivamento dos autos.